

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 135, DE 2007

Susta os efeitos da Resolução CMED nº4, de 18 de dezembro de 2006, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, que “dispõe sobre o Coeficiente de Adequação de Preços-CAP, sua aplicação, e altera a Resolução CMED nº 2, de 5 de março de 2004”.

Autor: Deputado BRUNO ARAÚJO

Relator: Deputado MARCUS PESTANA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo n.º 135, de 2007, tem como objetivo sustar a Resolução de n.º 4, de 18 de dezembro de 2006, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, que trata do Coeficiente de Adequação de Preços – CAP. As providências para a suspensão dos efeitos desse ato normativo deverão ser adotadas pelo Poder Executivo.

Segundo o autor da proposta, a Resolução citada estabelece que as distribuidoras e as empresas produtoras de medicamentos deverão aplicar o Coeficiente de Adequação de Preço – CAP, um desconto linear e compulsório de 24,69%, sobre os preços de seus produtos, nas vendas feitas aos entes da Administração Pública, Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esse dispositivo seria fruto de extrapolação das competências regulamentares do Poder Executivo, sendo passível a sua sustação, via Decreto Legislativo, nos termos do disposto no art. 49, V, da Constituição Federal.

Argumenta o proponente que o marco regulatório econômico aplicável ao setor farmacêutico no Brasil tem como base a Lei n.º 10.742/2003. Foi essa lei que criou a CMED e definiu suas atribuições. Porém, esse diploma legal não teria previsão que autorizasse a CMED a fixar percentuais obrigatórios de descontos a serem dados nas vendas dos medicamentos.

Assim, a norma em comento seria ilegal, arbitrária e imprevisível, conforme defende o autor da proposta, pois a definição de um desconto obrigatório, via regulamento, não encontra respaldo legal. Por isso, diante da ausência de dispositivo legal a dar suporte à Resolução combatida, o autor defende a sustação de sua eficácia.

A proposta foi distribuída para a apreciação das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O projeto já foi analisado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. O parecer do Relator, pela rejeição da matéria, foi aprovado de forma unânime.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no decurso do prazo regimental, no âmbito desta Comissão.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Como visto no Relatório precedente, a proposta veiculada no Projeto de Decreto Legislativo n.º 135, de 2007, é a suspensão dos efeitos da Resolução CMED n.º 04, de 2006, sob o argumento de que esta norma teria desrespeitado os limites legais aplicáveis. Esse normativo trata do Coeficiente de Adequação de Preços – CAP e de sua aplicação.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que esta Comissão de Seguridade Social e Família deve se ater ao mérito da matéria para o direito individual e coletivo à saúde e para o sistema público de saúde. As questões atinentes à constitucionalidade e juridicidade da proposta constituem itens de competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC e deverão ser por ela dirimidas.

Na prática, o CAP é um percentual de desconto a ser aplicado no preço de fábrica de determinados medicamentos. Dessa operação resulta o Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG, que é o teto que poderá ser praticado nas vendas para a Administração Pública, direta ou indireta, da União, Estados e Municípios.

Vale salientar que o CAP é obtido por uma fórmula matemática que leva em consideração o “Preço Fábrica” e o Produto Interno Bruto per capita do Brasil e do país que apresenta o menor preço do medicamento. Além disso, na formação do “Preço Fábrica” são considerados os preços do medicamento praticados em nove países diferentes – Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grécia, Itália, Nova Zelândia e Portugal, além do preço no país sede do fabricante.

Assim, o CAP consistiria, em última análise, em um desconto obrigatório a ser passado pelos laboratórios farmacêuticos ao Poder Público. Entretanto, considero que há uma intervenção indevida e altamente arbitrária do Estado na formação dos preços de mercado, que deveriam ser de formação livre, pelas leis da oferta e da demanda.

Com efeito, a norma editada pela Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos – CMED não encontra respaldo legal e é fruto da extrapolação de sua competência normativa. Como pode ser visto na Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico e cria a CMED, não existe qualquer previsão legal que confira a competência à referida Câmara para determinar, pelo uso do poder regulamentar, percentuais obrigatórios de descontos em virtude de caracteres especiais ou qualificativos diversos por parte do comprador. Portanto, o ato administrativo impugnado pelo presente projeto extrapolou os limites legais fixados para as atribuições e competências da Câmara de Medicamentos e, por isso, deve ser extirpada do mundo jurídico.

A norma impugnada demonstra, ainda, a visão intervencionista estatal que está presente na CMED e na Anvisa e que impede o reconhecimento do Brasil como uma economia de mercado que tem no livre comércio o principal pilar da ordem econômica. As imperfeições dos processos concorrenciais devem ser corrigidas pela lei, pelos princípios de defesa do consumidor e da livre concorrência, não por atos administrativos carentes de amparo legal.

Ademais, vale lembrar que as aquisições públicas são regidas pelos dispositivos legais relacionados às licitações e contratos públicos. Essas normas são suficientes para garantir a melhor proposta para o Poder Público, a defesa da isonomia e da impessoalidade nas contratações e a proteção do interesse público na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A adoção de um redutor linear não encontra respaldo nos princípios de direito que regem as aquisições de bens pelo Estado, nem nas leis que estabelecem o regime jurídico das contratações públicas. Tampouco, a instituição de referido redutor encontra respaldo nas competências deferidas à CMED pela Lei nº 10.742/2003.

Ante todo o exposto, nos manifestamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo n.º 135, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado MARCUS PESTANA

Relator